



### III REUNIÃO ORDINÁRIA 2015

---

**Data:** 10/06/2015

**Horário:** das 08:30 às 12:00 horas

**Local:** Maçônica, Av. Pedro Honorato da Silva (Av. Ecológica)

**Presidente:** Paulo de Souza Júnior

**Secretário:** Rodrigo Machado Ribeiro

#### PARTICIPANTES:

CONSELHEIRO	REPRESENTAÇÃO
1. Agnaldo José Jerônimo	COPASA
2. Antônio Geraldo Alves Ribeiro	Empresa Mineradora do Município - Vale
3. Elcio Barreto Borges	Notório Saber
4. Franklin Almeida da Costa	Empresa Mineradora do Município - CBMM
5. Giovani Marcos Leonel	Núcleo Regional de Regularização Ambiental
6. Givago Mateus Leite	IPDSA
7. Janaína Aparecida Alves	Órgão Ambiental da Administração Pública
8. Johnny Nollí Júnior	Associação dos Ruralistas do Alto Paranaíba – ARAP
9. José Maria Lemos Junior	Secretaria Municipal de Des. Rural
10. Marco Antonio Rios	Órgão Ambiental da Administração Pública
11. Murilo Alencar Alves	EMATER
12. Paulo de Souza Junior	IPDSA
13. Paulo Roberto Camargos	Notório Saber
14. Sebastião Donizete de Souza	Órgão Ambiental da Administração Pública
15. Valéria Conde Siero Corrêa	Reserva Ecocerrado Brasil

Secretaria Executiva / Convidados	REPRESENTAÇÃO
1. Rodrigo Machado Ribeiro	IPDSA
2. Igor Borges Mariano	CSI EMPREENDIMENTOS LTDA.
3. Getho Antônio de Souza Júnior	CSI EMPREENDIMENTOS LTDA.
4. Diogo A. R. Gonçalves	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

#### AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Alexandre Araujo Monteiro – Polícia Florestal



#### **PAUTA:**

- ✓ **Exame da Ata da II RO de 13/05/2015**
  
- ✓ **Informes - publicação da alteração da lei do CODEMA - Lei 6862 de 08 maio de 2015**
  
- ✓ **Apresentação do estudo hidrológico da bacia do Córrego Terêncio Pereira utilizado na determinação do dimensionamento hidráulico da vazão do projeto.**
  - Processo 5763/2014. Apresentação: CSI Empreendimentos Imobiliários.
  
- ✓ **Solicitação de utilização de verbas do Fundo de Meio Ambiente.**
  - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá - IPDSA. Apresentação IPDSA.
  - Secretaria de Desenvolvimento Rural. Apresentação Secretaria de Desenvolvimento Rural.

#### **MEMÓRIA DA REUNIÃO**

1. Dando início a reunião o Presidente Paulo de Souza Junior solicitou que o secretário Paulo Roberto apresentasse a minuta da ata da reunião II reunião ordinária realizada no dia 13 de maio deste ano. Paulo Roberto informou que a minuta encaminhada foi realizada pela então secretária Desirée, passando em seguida a apresentar a mesma em datashow. O conselheiro Murilo solicitou e foi atendido no sentido de alteração no texto da minuta encaminhada, em especial que as condicionantes da licença ambiental do loteamento Mangabeiras V sejam iguais as determinadas para o loteamento Jardim Esplendido, quais sejam: Drenagem pluvial conduzida através de caixas dissipadoras de energia até o manancial; Toda a área verde do loteamento, contigua a área de preservação permanente deverá ser protegida por alambrados (postes de concreto, com base de uma fiada de bloco de concreto cheio, aonde se prenderá a tela de arame galvanizado de fio 12 malha 2 polegadas) e nesta área verde deverá existir plantio de espécies nativas e frutíferas, conforme orientação dos órgãos ambientais do IPDSA – o plantio deverá iniciar em janeiro de 2015 e término em janeiro de 2016; Implantação de alambrado deverá estar concluído antes do início do plantio das mudas; A manutenção do plantio deverá ficar a cargo do empreendedor até 3 anos após a conclusão do empreendimento, compreendendo a coroação das mudas, adubação, replantio das mudas impróprias, combate de pragas, formigas, etc.
  
2. Após, o Presidente Paulo de Souza Júnior colocou para apreciação dos conselheiros a aprovação da ata com as alterações apontadas pelo conselheiro Murilo, sendo aprovada pela maioria dos conselheiros. Após a aprovação o Presidente Paulo de Souza Júnior informou sobre as modificações ocorridas na lei do CODEMA - Lei 6.862 de 08 maio de 2015, destacando a inclusão dos membros do conselho indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, e da Secretaria Municipal de Saúde.



3. Em seguida, o Presidente Paulo de Souza Júnior passou para o próximo item da pauta. A apresentação do estudo hidrológico da bacia do Córrego Terêncio Pereira utilizado na determinação do dimensionamento hidráulico da vazão do projeto, realizada pelo engenheiro civil Igor Borges Mariano representando a CSI. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
4. Durante a apresentação os conselheiros levantaram algumas questões sobre o estudo XXXX Terêncio Pereira. A conselheira Valéria Conde Siero Corrêa questionou se os 150 ha de impermeabilização do solo, considerados no estudo, eram adequados, porque esta zona apresenta acelerada expansão urbana e tal área poderia ser rapidamente ultrapassada pela criação de novos empreendimentos imobiliários aumentando significativamente a vazão hidráulica na travessia devido ao aumento da impermeabilização do solo e, conseqüentemente, do escoamento superficial.
5. O conselheiro Giovani Marcos Leonel perguntou se existiria alguma medida mitigadora para diminuir os impactos relacionados à velocidade de vazão como represamentos e drenos de fundo. O engenheiro Igor Borges Mariano respondeu que serão feitas duas caixas de dissipação de 13.000 litros com profundidade de 1,80m como medida compensatória para reduzir a velocidade de vazão e o assoreamento. Os conselheiros relataram que esse acúmulo de água, sem o dreno de fundo para garantir a vazão, poderia acarretar outros problemas no local.
6. O conselheiro Murilo Alencar Alves questionou se o tempo de recorrência de 15 anos utilizado no estudo não estaria sub-dimensionado, tendo em vista que se o estudo utilizasse um tempo de recorrência superior a 25 anos a travessia de três bueiros não seria adequada para a vazão hidráulica no local. O conselheiro perguntou se haveria necessidade de outros pontos de estudos hidrológicos de vazão como no canal na Av. João Paulo II, próximo ao Bernadão, pois este local receberia o fluxo advindo da micro-bacia do córrego Terêncio Pereira. Além disso, foram ressaltados casos com este tipo de travessia em que houve problemas relacionados ao acúmulo de material nos bueiros agravados pela falta de manutenção.
7. Após as considerações, o Presidente Paulo de Souza Júnior colocou para aprovação dos conselheiros o estudo apresentado, sendo o mesmo aprovado com as considerações apontadas pela a maioria dos conselheiros.
8. Em seguida, passou-se para o próximo item da pauta a solicitação de utilização de verbas do Fundo de Meio Ambiente, para a compra de um veículo para ser utilizado nas atividades de fiscalização ambiental, e uma segunda solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Rural para a recuperação de uma área degradada com intuito de realizar um trabalho de contenção de erosão e recuperação de uma nascente do córrego Pirapitinga, tal verba será usada para compra dos materiais necessários (mourões, arames, etc.), sendo que o engenheiro Diogo A. R. Gonçalves realizará o projeto com professores e alunos do curso de Engenharia Ambiental da Uniaraxá, além de contar com a suporte do Centro de Desenvolvimento Ambiental da CBMM, o qual fornecerá mudas de vegetação nativa para recuperação da área. O Presidente solicitou ao secretario Paulo Roberto que fizesse uma explanação sobre o assunto. Paulo Roberto solicitou que a Secretaria de Desenvolvimento Rural firme com os proprietários das áreas atingidas pelo projeto termo de parceria que necessariamente deverá constar sobre a utilização das áreas e implantação do



projeto, inclusive que após um ano da implantação seja apresentado ao CODEMA como foi a evolução da parceria.

9. Em seguida, o Presidente Paulo de Souza solicitou que o secretário Paulo Roberto informasse sobre as duas contas relacionadas ao Fundo de Meio Ambiente, uma que trata de recebimento de valores da COPASA em virtude da concessão de águas e esgoto de Araxá, sendo que há necessidade de um levantamento junto a contabilidade da prefeitura sobre atual situação desta conta, a outra conta está vinculada à Lei do CODEMA e esta possui aproximadamente um valor de R\$29.000,00 sendo que este valor só pode ser utilizado com anuência do CODEMA.
10. O Presidente Paulo de Souza Júnior colocou para aprovação as referidas solicitações, sendo as mesmas aprovadas pela maioria dos conselheiros e com relação a solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Rural ficou determinado como condicionante após um ano do desenvolvimento do projeto deverá ser apresentado ao conselho relatório do cumprimento do termo de parceria. Foi solicitado pelos conselheiros que a Secretaria do CODEMA apresente informações detalhadas sobre as citadas contas na próxima reunião do CODEMA.
11. Em seguida, o conselheiro Agnaldo José Jerônimo informou sobre invasão em áreas de preservação permanente na Av. João Paulo II, nas proximidades aonde esta sendo construído o Tribunal Eleitoral e que o IPDSA esta emitindo alvarás de construção naquela região incorretamente, pois não há fornecimento da rede de água e esgoto, e ainda existe uma nascente, solicitou que se consignasse em ata.

Nada mais havendo a tratar, eu Rodrigo Machado Ribeiro, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, e por ser verdade o acima exposto, dou fé.

*Rodrigo Machado Ribeiro*

Secretaria Executiva CODEMA

*Paulo de Souza Junior*

Presidente CODEMA